

APELAÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
REGIÃO

Processo nº: _____

APELANTE: _____

APELADO: _____

COLEDA TURMA,

EGRÉGIO TRIBUNAL,

O(A) Apelante, já qualificado(a) nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, vem, tempestivamente, interpor APELAÇÃO contra a r. sentença proferida nos autos, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I - BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A r. sentença de primeiro grau negou o pedido do Apelante referente ao cerceamento de defesa, ao indeferir a produção de provas essenciais para o pleno esclarecimento da verdade dos fatos e exercício do contraditório, prejudicando o direito constitucional à ampla defesa.

O cerceamento ocorreu quando o MM. Juízo indeferiu a juntada de documentos e a oitiva de testemunhas indicadas, elementos imprescindíveis para comprovar as alegações do Apelante e refutar as versões apresentadas pela parte contrária.

II - DO CERCEAMENTO DE DEFESA

O cerceamento de defesa configura nulidade absoluta, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, por violar o princípio do contraditório e da ampla defesa.

No presente caso, a negativa do direito à produção de provas necessárias impediu a demonstração plena da verdade real, comprometendo a justa solução do litígio e resultando em decisão manifestamente contrária ao direito.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1. Constituição Federal:

Art. 5º, incisos LIV e LV - asseguram o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

2. Código de Processo Civil (aplicável subsidiariamente):

Art. 10 - O juiz deve assegurar às partes igualdade de tratamento e plena possibilidade de defesa.

Art. 139, inciso VI - O juiz tem o dever de velar pela efetividade do processo e garantir o contraditório.

3. Súmulas e Jurisprudência do TST e STF:

Súmula 297 do TST - A ausência de possibilidade de produção de provas essenciais caracteriza cerceamento de defesa e nulidade do ato.

STF - Habeas Corpus 95.881/SP - Confirmou a nulidade por cerceamento da ampla defesa.

IV - DA NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS

Diante do cerceamento de defesa comprovado, requer-se a anulação da sentença para que seja oportunizada a produção das provas indeferidas, garantindo o contraditório e a ampla defesa, com o retorno dos autos ao juízo de origem.

V - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. O recebimento e conhecimento desta Apelação;
2. O reconhecimento do cerceamento de defesa ocorrido no processo;
3. A anulação da sentença recorrido;
4. O retorno dos autos ao juízo de origem para que seja oportunizada a produção de provas necessárias à ampla defesa;
5. A condenação do Apelado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
6. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso necessário;
7. A intimação do Apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Local

Apelante / Advogado(a)

Nome do Advogado

OAB/____ N° _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/apelacao-cerceamento-de-defesa/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.